

CADASTRO ÚNICO: características, possibilidades e limites para a construção de diagnósticos socioeconômicos

Patrícia Soraya Mustafa*
Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina**
Maísa Faleiros da Cunha***
Cássio Garcia Ribeiro%

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma proposta de construção de diagnósticos socioeconômicos com base nos dados do Cadastro Único (CadÚnico), considerando suas características, limites e possibilidades. Este trabalho é fruto de reflexões desencadeadas baseado em uma pesquisa realizada em dois municípios brasileiros, cujo intuito foi a elaboração de diagnósticos socioeconômicos para subsidiar políticas públicas. Com base na experiência desta pesquisa, resolveu-se elaborar o presente estudo na intenção de contribuir com novas investigações do mesmo teor. Para tanto, apresentam-se reflexões acerca de diferentes concepções de pobreza para evidenciar em qual delas se respaldam as políticas públicas atuais; e avalia-se em que medida o CadÚnico é um

79

* Pós Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa/Portugal, Professora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais (GEPPS) e do Grupo de Extensão universitária - Grupo de Alfabetização Paulo Freire - GAPAF. Parecerista ad-hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Email: patimustafa@gmail.com

** Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Franca, no curso de graduação em Relações Internacionais e junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Email: paula_pavarina@yahoo.com.br

*** Pós-doutora pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Coordenadora Associada do Nepo e coordenadora do GT População e História da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Email: maisa@nepo.unicamp.br

% Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é Professor Adjunto do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: cassiogarcia@ufu.br

instrumento utilizado para fomentar políticas focalizadas na extrema pobreza; demonstrando que é perfeitamente possível a utilização de seus dados para tratamento estatístico e elaboração de indicadores, que fornecem subsídios a pesquisas acadêmicas e ao ciclo de políticas públicas.

Palavras-chave: *Cadastro Único. Políticas públicas. Pobreza. Diagnósticos socioeconômicos.*

CATASTRO ÚNICO: características, posibilidades y límites para la construcción de diagnósticos socioeconómicos

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar una propuesta de construcción de diagnósticos socioeconómicos basados en los datos del Catastro Único (CadÚnico), considerando sus características, límites y posibilidades. Este trabajo es fruto de reflexiones desencadenadas a partir de una investigación realizada en dos municipios brasileños, cuyo propósito fue la elaboración de diagnósticos socioeconómicos para auxiliar a las políticas públicas. Con base en la experiencia de esta investigación, se resolvió elaborar el presente estudio con la intención de contribuir con nuevas investigaciones del mismo contenido. Para ello, se presentan reflexiones acerca de diferentes concepciones de pobreza para poner en evidencia en cuál de ellas se respaldan las políticas públicas actuales; se evalúa también en qué medida el CadÚnico es un instrumento utilizado para fomentar políticas enfocadas en la extrema pobreza, demostrando que es perfectamente posible la utilización de sus datos para el tratamiento estadístico y la elaboración de indicadores que proporcionan subsidios a investigaciones académicas y al ciclo de políticas públicas.

Palabras clave: *Cadastro Único. Políticas públicas. Pobreza. Diagnósticos socioeconômicos.*

**CADASTRO ÚNICO (Unified Registry): features, possibilities
and limits to the construction of socio-economic
diagnostics**

ABSTRACT

This paper aims to present a proposal for the construction of socio-economic diagnostics based on data obtained in a unified registry, Cadastro Único (CadÚnico) considering its features, limitations and possibilities. It was based on reflections that occurred during a survey conducted in two Brazilian municipalities that intends to develop socioeconomic diagnostics in order to support public policies. Based on this experience this paper was elaborated in order to contribute to further investigations with the same content. It also presents different concepts of poverty to point out which one supports current public policies. Despite the fact that CadÚnico is an instrument used to promote targeted policies to extreme poor people, we intend to demonstrate that it allows the use of data for statistical analysis and for the development of indicators to subsidize academic research and public policy cycle.

81

Keywords: *Cadastro Único (Unified Registry). Public policies. Poverty. Socio-economic diagnostics.*

1 INTRODUÇÃO

Os municípios brasileiros necessitam conhecer com mais afinco as condições socioeconômicas dos domicílios que os constituem, no intuito de planejar as políticas públicas a serem adotadas, bem como avaliar as já existentes. Cada vez mais, os sistemas que organizam as políticas sociais, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), requisitam dados relativos às

condições de vida da população dos territórios municipais para que sejam implementados de maneira condizente às particularidades de cada localidade.

Sobretudo no que se refere às políticas públicas, depreende-se a importância crescente de instrumentos que permitam a construção de diagnósticos socioeconômicos da população do país, em especial, dos mais empobrecidos. Com base nessa premissa, o objetivo deste artigo é apresentar subsídios para a construção de diagnósticos socioeconômicos baseados nos dados do Cadastro Único (CadÚnico). O CadÚnico é um instrumento criado pelo governo federal com a finalidade de identificar e caracterizar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Esse cadastro fornece dados detalhados (tais como condições de moradia e entorno, dados relativos a trabalho, escolaridade, renda, para citar alguns) acerca da população pobre e extremamente pobre do país não existentes em outras fontes, como na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

82

Diante disso, defende-se aqui a pertinência dos dados do CadÚnico para capturar informações que permitem revelar características da mencionada população, tornando-se uma fonte de dados relevante para o campo das políticas públicas.¹ Assim, conforme será demonstrado ao longo deste trabalho, salta aos olhos a relevância da utilização dos dados contidos nesse cadastro para tratamento estatístico e elaboração de indicadores, o que, por conseguinte, como já mencionado, fornece subsídios a pesquisas acadêmicas e/

1 Com essa afirmação não estamos defendendo políticas públicas restritas somente ao atendimento da população mais empobrecida, ainda que reconheçamos que esta precisa ser priorizada.

ou a elaboração de políticas públicas,² em busca da melhoria nas condições de vida da população mais empobrecida.

2 CONCEPÇÕES DE POBREZA

Antes de abordar quais as características populacionais que os dados do CadÚnico permitem mensurar — ou mesmo apontar a relevância desses dados para a construção de diagnósticos sociais, bem como para o campo das políticas públicas —, faz-se necessária uma análise da discussão sobre o tema da pobreza à luz de diferentes correntes teóricas, uma vez que esse exame trará embasamento à subsequente discussão em torno do CadÚnico.

No que se refere ao pensamento clássico, é enaltecido o pressuposto de que a economia se autorregula ao sabor das forças do mercado, atuando livremente. Nesse sentido, caberia ao Estado apenas algumas funções, como a proteção da sociedade da violência e da invasão, a administração da justiça e a construção e manutenção de obras públicas. Em sua obra, Adam Smith (1988),³ precursor e um dos principais expoentes do liberalismo clássico, apesar de considerar a existência de conflito de classes, cria uma teoria que se apoia fundamentalmente (e de acordo com os críticos, de forma contraditória e ambígua) na harmonia social, uma vez que a mão invisível, em sua obra, dirige “todos os atos egoístas e gananciosos para um todo harmonioso e mutuamente benéfico”. (HUNT, 1985, p. 58).

83

2 Ressaltamos que reconhecemos os limites das políticas públicas em relação ao enfrentamento das manifestações da questão social, mais precisamente da pobreza, uma vez que, como já mencionamos, esta é “[...] um fenômeno produzido pela e na ordem capitalista, não podemos entendê-la como sinônimo de carências apartada do movimento histórico do real”. (MUSTAFA, 2010, p. 47).

3 Adam Smith (1723 - 1790), economista e filósofo, é considerado o pai do liberalismo econômico.

Ainda em relação ao pensamento clássico, cabe destacar os argumentos de Malthus (1970)⁴ sobre o tema da pobreza. De acordo com a sua interpretação, a pobreza da população é algo inexorável. Apoiado na tese de que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, Malthus (1970) argumentou que a produção dos meios de subsistência não acompanhava o crescimento da população. Diante desse contexto, o resultado natural seria a emergência do que o autor denominou de “freios positivos” ao crescimento populacional: epidemias (decorrentes de condições habitacionais e laborais insalubres) e fome.

84

Malthus (1970) atribuiu esse estado de coisas ao comportamento irresponsável das famílias de miseráveis que, em decorrência de sua natureza, acabavam procriando sempre a taxas superiores do “recomendável”. Nesse sentido, de acordo com o autor, caberia ao Estado apenas criar “freios preventivos”, isto é, políticas ativas de controle vegetativo. Malthus era veementemente contrário à existência de políticas públicas de auxílios aos pobres e miseráveis, tais como as chamadas *poor laws*. Segundo o autor, políticas com esse perfil, ao invés de minorar o problema da miséria, iria agravá-lo, uma vez que incentivaria casamentos entre pessoas “despreparadas” para formarem famílias e, em consequência disso, representaria um estímulo ao crescimento populacional. O ranço conservador presente na análise malthusiana acerca das políticas de distribuição de renda e tentativas de mitigação da pobreza é recorrente em sua obra *Ensaio sobre a população*. (MALTHUS, 1970).

4 Thomas Malthus (1766 - 1834) foi economista e demógrafo britânico.

David Ricardo (1982),⁵ outro expoente importante do pensamento clássico, construiu uma teoria na qual expõe que os salários sempre tendiam ao mínimo de subsistência. De acordo com o autor, essa tendência decorria do fato de que o progresso técnico, somado ao aumento da produtividade do trabalho, diminuiria a demanda por mão de obra, e que, portanto, a concorrência entre os trabalhadores traria como resultado a tendência de que os salários gravitassem sempre próximos a um mínimo de subsistência. A pauperização da classe trabalhadora, à luz da interpretação ricardiana, poderia ser evitada somente com o emprego de “freios” ao crescimento desse grupo da sociedade, isto é, mediante a redução do crescimento populacional. Nesse sentido, evidencia-se, em relação a esse tema específico, uma clara influência de seu contemporâneo e compatriota Malthus. (RICARDO, 1982).

Já para a tradição marxista, a pobreza é uma das manifestações da questão social. A pobreza advém da forma como o trabalho se organiza sob o modo de produção capitalista, ou seja, o trabalho supostamente “livre” permite somente a satisfação das necessidades mais prementes para a produção e reprodução da força de trabalho. Assim, a pobreza é intrínseca ao modo de produção capitalista e, portanto, a sua superação só se dará com a suplantação desse modelo econômico e da sociabilidade engendrada por ele. A pobreza, nesta perspectiva, é resultado do próprio antagonismo da sociedade capitalista – é, a um só tempo, condição determinante do processo de acumulação e efeito dessa acumulação. (MARX, 1984).

Assim sendo, as políticas públicas apenas atenuam as degradantes condições criadas e recriadas cotidianamente pelo capital. Isso não significa que os marxistas não reconheçam a diferença entre

5 David Ricardo (1772 - 1823), economista e político britânico — um dos mais influentes economistas clássicos, ao lado de Thomas Malthus, Adam Smith e James Mill.

uma política pública pautada na universalidade e outra de caráter restritivo. Todavia, não entendem a política social como instrumento para o equacionamento da questão social e, conseqüentemente, da pobreza. Segundo essa tradição, a questão social se equaciona quando se alcança o que Marx (2004) denominou de emancipação humana.

86 Já no século XX, cabe destacar as contribuições do pensamento keynesiano,⁶ bem como de seu desdobramento normativo, qual seja, a social-democracia sobre a questão da pobreza. Sobre tudo após a Segunda Guerra Mundial, o pensamento de Keynes ganhou espaço nas agendas de desenvolvimento dos países do bloco capitalista, dando ensejo à visão acerca do protagonismo do Estado do ponto de vista da promoção do desenvolvimento em seu sentido mais amplo, abarcando, por conseguinte, a dimensão social. Assim, no âmbito da social-democracia keynesiana, especificamente no campo das políticas sociais, foi preconizada a adoção de políticas respaldadas no princípio da universalidade, cuja proposta era assegurar a todos um conjunto de proteções — conjunto este dissociado da ética do trabalho, para o qual a pobreza se associa ao ato de não trabalhar, e, em decorrência disso, a possível solução se daria via inserção no mercado de trabalho.

Evidencia-se, portanto, o fato de que tal corrente refuta o pressuposto da economia clássica de que o livre mercado traz respostas a todos os problemas da economia e da sociedade. Ao contrário dessa visão, a social-democracia defende a importância da intervenção do Estado no sentido de propiciar garantias sociais não possibilitadas pelo mercado. As políticas públicas sob esse ideário são associadas à política de pleno emprego, a qual, em grande medida, está

6 Cujas principais referências são o economista britânico John Maynard Keynes (1883 - 1946).

ancorada nos investimentos estatais em obras públicas, bem como em subsídios e financiamentos destinados ao setor privado.

É sob o signo da social-democracia que a cidadania se consolida, estendendo-se a todos e não somente aos mais pobres, dando origem aos chamados Estados de Bem-Estar Social. Este tipo de Estado se erige na maior parte dos países de capitalismo desenvolvido no pós-Segunda Guerra Mundial devido a diversos fatores.⁷ Países como o Brasil, de capitalismo tardio e periférico, conforme demonstra Fernandes (2005), não chegam a implementá-lo, o que trouxe e traz consequências devastadoras para os trabalhadores brasileiros que nunca tiveram o patamar de proteção social, próprio dos Estados de Bem-Estar Social. Autoras como Boschetti (2004) e Behring (2003), para citar alguns estudiosos da área de políticas públicas no Brasil, afirmam que a seguridade social brasileira, centro dos sistemas de proteção social, não se efetivou tal como preconizado na Constituição Federal de 1988, sendo assim, não é possível falar que se alcançou a cidadania plena. Com tal afirmação, contudo, não se quer dizer que no Brasil não ocorreram lutas e conquistas de direitos sociais.

87

A atual orientação político-econômica neoliberal, que ganha força a partir do final da década de 1970 na Europa, pós-crise econômica do final da década de 1960 e início da de 1970, combate veementemente o Estado de Bem-Estar Social e suas políticas públicas universalizantes, e enaltece o mercado. Cabe ao Estado garantir o “bom funcionamento” do mercado, criar um ambiente de estabilidade econômica para que a livre concorrência possa atuar livremente, promover a competição e assegurar os direitos de propriedade (WORLD BANK, 2002). Segundo esse pensamento, os pobres são aqueles considerados incapazes de

7 São estes fatores: adensamento das lutas protagonizadas pela classe trabalhadora, a Revolução Russa de 1917, a crise econômica de 1929, o agravamento da questão social, a devastação dos países envolvidos nas Duas Grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

promover sua integração ao mercado e, assim, de manter um padrão de vida mínimo. (BANCO MUNDIAL, 2010).

Dessa forma, a sociedade é constituída por um aglomerado de indivíduos, os competitivos e aptos ao trabalho, e os incapazes de se realizarem economicamente via trabalho. A partir dessa concepção de pobreza, o Banco Mundial em seus *Relatórios sobre o desenvolvimento mundial de 1990*, e de 2000-2001 e 2010, propõe estratégias de enfrentamento dessa questão. No Relatório da década de 1990, a ênfase é colocada na criação de políticas que possibilitem “[...] novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter rendimentos” (UGÁ, 2004, p. 58). Para alcançar tal objetivo, o que se defende é o investimento em capital humano mediante educação e saúde. Assim, os indivíduos se converteriam em aptos para entrarem no mercado de trabalho e poderiam obter renda necessária para manter um padrão de vida mínimo. Portanto, a concepção de pobreza está focada na ausência de renda necessária para manter um padrão de vida mínimo.

88

No Relatório de 2000-2001, como aponta Ugá (2004), a pobreza é abordada como “[...] ausência de capacidades,⁸ acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco”. (UGÁ, 2004, p. 59). Pois bem, a partir dessa abordagem qual ou quais seriam as saídas para lidar com o problema da pobreza? Segundo o citado Relatório, o Estado deve aumentar as capacidades dos indivíduos

8 Essa abordagem é derivada da Teoria das Capacidades, em Amartya Sen: “Para este autor é importante salientar que não é somente o fator renda que determina uma situação de pobreza e/ou que limita a liberdade do indivíduo. A relação entre a renda e as capacidades pode ser afetada por outros fatores como a idade, pelo lugar em que se vive, pelo ambiente epidemiológico, por doenças, pelo fato de ser mulher (relação de gênero), dentre outras questões. Isto reforça a questão de que somente pela renda não se pode perceber as diferenças individuais que podem atuar como potencializadoras ou inibidoras no desenvolvimento das capacidades. Deste raciocínio deriva sua concepção de pobreza, a qual deve ser vista e entendida como privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda”. (MUSTAFA, 2013, p. 185).

para que eles possam gerir suas vidas livremente via mercado. A partir do momento em que os indivíduos estivessem “capacitados”, não caberia nenhuma responsabilidade ao Estado.

Nessa concepção, fica claro que a sociedade é dividida entre indivíduos capazes (os competitivos) e incapazes (pobres), e que o Estado deve ocupar-se somente destes últimos, conferindo-lhes capital humano ou aumentando suas capacidades. As políticas públicas são focalizadas no pobre e não mais nos cidadãos, quebrando-se o paradigma da cidadania social que:

[...] pressupõe um pacto social realizado pela sociedade como um todo, a partir do que se define que o estado deve garantir uma proteção social – por meio dos *direitos sociais* - a todos os cidadãos, independentemente de sua renda, simplesmente pelo fato de serem *cidadãos*. (UGÁ, 2004, p. 61, grifos no original).

89

Ao abordar as concepções de pobreza formuladas desde o surgimento da sociedade capitalista industrial, busca-se resgatar a historicidade de tais formulações, as diferenças entre as correntes teóricas, assim como apontar uma visão crítica a respeito das bases teóricas que fundamentaram a elaboração dos Relatórios do Banco Mundial e que vêm referenciando as propostas de políticas públicas no Brasil, como será evidenciado na próxima seção deste artigo.

3 A CONCEPÇÃO DE POBREZA PRESENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E AS MEDIDAS DE POBREZA UTILIZADAS PELO CADÚNICO

No Brasil, a partir da Carta Magna de 1988, institui-se a seguridade social composta pelas políticas sociais de saúde (direito de todos), de assistência social (direito restrito a quem dela necessitar), e de previdência social (direito do trabalhador contribuinte). Como sustentado em outros artigos:

Apesar das previsões legais, o que vem se verificando, contudo, no decorrer da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, é a não efetividade desta política tal como pretendia-se a partir de sua inserção num sistema de seguridade social comprometido legalmente com a universalidade da proteção social. Cabe lembrar que esta política para além das influências do ideário neoliberal que a marca, sobretudo os princípios da focalização e privatização, ainda sofre as marcas históricas de sua gênese na particularidade brasileira, sendo, ainda, confundida com assistencialismo, caridade, religião, favor, meio de barganhas políticas e estratégia de legitimação da dominação burguesa. (MUSTAFA *et al.*, 2012, p. 7-8).

90

No intuito de levar a cabo políticas focalizadas nos pobres e extremamente pobres⁹, precisou-se criar um instrumento capaz de auferir essa pobreza. Este instrumento constitui-se no CadÚnico, criado em fins do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso e aprimorado durante os dois mandatos do governo Luís Inácio Lula da Silva.

O CadÚnico “mede” a pobreza para que, posteriormente, as famílias possam ser encaminhadas aos programas sociais que compõem as políticas públicas brasileiras. Especialmente a política de assistência social, chegando a um de seus programas mais abrangentes em termos de número de famílias atendidas e de expansão territorial: o Programa Bolsa Família¹⁰. Para elucidar as situações de pobreza, o Cadastro respalda-se na medida chamada “linhas de pobreza”, que considera o recurso disponível para aquisição de uma cesta de alimentos. (LAVINAS, 2003).

9 É possível constatar que as políticas públicas brasileiras preconizam o atendimento aos pobres, como propõem os Relatórios do Banco Mundial expostos.

10 Para uma análise crítica acerca desse Programa, consultar: Sant’Ana e Mustafa (2013).

A concepção de pobreza subjacente ao Cadastro Único consta no *Manual do entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais* (BRASIL, 2010): instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a 1/2 salário mínimo por pessoa (*per capita*) ou renda familiar mensal de até 3 salários mínimos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que esse instrumento considera somente o fator renda como critério fundamental para cadastrar uma família. Portanto, no limite, a diferença de R\$ 1,00 na renda familiar ou *per capita* pode excluir a família ou os indivíduos do acesso a programas e serviços.

Não obstante, essa concepção superficial acerca da pobreza, em seu conteúdo, considera outras dimensões para além da renda, como moradia, transporte, luz, vestuário, dentre outros. (LAVINAS, 2003). Diante disso, é possível afirmar também que representa um instrumento de coleta de dados sofisticado, contemplando a pobreza em múltiplas dimensões, ao abordar temas como: composição familiar e domiciliar, escolaridade, condições de trabalho, etc. Permite, pois, a caracterização das condições de vida e sobrevivência da população pobre sob diferentes aspectos. Então, como já mencionado, abre-se espaço ao acesso e uso dos dados coletados por meio do CadÚnico para elaboração de indicadores, pesquisas acadêmicas ou políticas públicas, incorporando uma compreensão mais plural das características dos cadastrados.

Outro ponto que merece destaque, diz respeito à necessidade de tratamento estatístico dos dados coletados por meio desse instrumento, que representa, indubitavelmente, um “censo” da população mais empobrecida do país, do estado ou do município. Para relevância e contribuição dessa coleta, os dados devem estar

sujeitos a procedimentos de seleção, amostragem e tratamento estatísticos para obterem significância e, dessa forma, representarem, de maneira fidedigna, as especificidades das pessoas cadastradas.

Nesse sentido, ainda que sirva para dar acesso a milhares de famílias brasileiras a programas sociais restritos, focalizados e compensatórios, permitem um desenho, ou melhor, permitem a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, que, contraditoriamente, podem ser utilizados para provocar uma ampliação dos direitos sociais existentes, bem como para caracterizar uma pressão à transformação do escopo desses programas sociais.

Partindo desse debate, na próxima seção, apontam-se as características, os limites e as possibilidades do CadÚnico para a compreensão das diversas dimensões que caracterizam as situações de pobreza, e, dessa forma, verificar a plausibilidade de utilização de seus dados para a construção de diagnósticos socioeconômicos.

92

3 CADÚNICO: características, possibilidades e limites

Neste trabalho, consideram-se e analisam-se as questões existentes na “versão 7” do Cadastro Único, também conhecida por “Caderno Verde”, tendo em vista a cor predominante em sua capa, que foi implantada a partir de 2010. O Caderno Verde é composto por dez blocos de temas: aqueles de 1 a 3 caracterizam o domicílio e a família; e os blocos de 4 a 8, a pessoa. O CadÚnico dispõe ainda de dois formulários suplementares: um se refere à coleta de dados relacionados à vinculação da família a programas e serviços oferecidos pelo Governo Federal e outro para ser respondido por pessoas em situação de rua. Foram consideradas igualmente as informações, conceitos e orientações presentes no *Manual do Entrevistador*. (BRASIL, 2010). Foi realizada uma análise pormenorizada de todas as perguntas e alternativas de respostas, de maneira isolada, e também por meio do cruzamento de duas ou mais variáveis.

Inicialmente são apresentadas as reflexões a respeito das características existentes no Cadastro Único que podem descrever as condições de moradia e local de residência das pessoas cadastradas, sintetizadas nos Blocos 1 e 2, e outras específicas com informações da família. A partir dessas questões e das alternativas de respostas, foi obtido um conjunto de elementos que podem descrever, de modo geral, o domicílio e seu entorno: a localidade a qual pertence e suas características predominantes — se rurais ou urbanas; sendo essas informações fundamentais para se compreender a distribuição espacial da população cadastrada no território. Ao saber em quais bairros, povoados ou vilas as pessoas se concentram, e se residem na zona urbana ou rural (ou mesmo áreas contíguas ou extensões da área urbana), é permitido analisar as especificidades da pobreza urbana e rural. Também é possível verificar se a ocorrência de habitações cadastradas concentra-se em bairros ou áreas específicas ou é desconcentrado em todo o município.

93

Tais informações podem ser comparadas com aquelas da população em geral, cujos dados são obtidos no IBGE ou em bases de dados semelhantes. Cabe destacar também a importância da comparação com as características presentes nos setores censitários: sabendo qual a quantidade total de moradores presentes em cada setor, pode-se analisar a relevância percentual das famílias cadastradas. Essa comparação permite compreender melhor a importância do CadÚnico na identificação territorial das pessoas pobres, evitando análises enviesadas. É presumível, igualmente, que haja domicílios cadastrados em meio a um bairro ou localidade não considerada como pobre.

Uma vez de posse das informações dos domicílios, ainda que de maneira indireta, é possível tentar caracterizar a localidade em que as pessoas residem ou o espaço territorial em que se encontram os cadastrados. Ou seja, é plausível tentar descrever o bairro, vila

ou povoado com base nos dados do Cadastro Único; entretanto devem ser ressaltados os riscos de tal procedimento, uma vez que os domicílios e famílias podem não constituir uma amostra estatisticamente significativa da população da localidade.

É avaliado também se as habitações são particulares (permanentes ou improvisadas) ou coletivas. A quantidade e localização de domicílios improvisados servem ao poder público como um indicativo de déficit habitacional presente no município. Já no caso dos permanentes, podem ser caracterizadas as condições das moradias e de seu entorno, bem como a provisão de serviços públicos destinados a eles.

O Cadastro Único provê informações sobre os atributos construtivos da habitação baseando-se na indicação do tipo de material do piso e do material predominante na construção das paredes externas. Esses dados permitem verificar se a habitação é precária, e mesmo as características dessa precariedade, que possibilitam avaliar também a adequação das moradias às condições de saúde e bem-estar físico e psicológico de seus moradores, assim como delimitar o provisionamento de políticas habitacionais ou destinadas à melhoria e adequação dos imóveis. Conforme já destacado, esses dados do CadÚnico podem ser comparados com as informações censitárias disponibilizadas pelo IBGE.

É possível ainda analisar o acesso da população cadastrada aos serviços públicos de abastecimento de água, iluminação, escoamento sanitário, coleta de lixo e calçamento/pavimentação do logradouro como indicadores de vulnerabilidade social e ambiental. Informações essas que podem ser avaliadas de maneira isolada ou conjunta, caracterizando a inadequação do domicílio, subsidiando a realização de políticas públicas voltadas à provisão, suscitando adequação ou melhoria nos serviços de infraestrutura fornecidos às residências.

Os dados domiciliares podem ser analisados de maneira geral para todos os cadastros e também em função da localidade da residência (bairro, vila, povoado). Além disso, o gestor de políticas públicas deve atentar-se ao fato de que a provisão de serviços pode ser diferente quando considerados os imóveis urbanos e rurais, pois, por exemplo, enquanto é perfeitamente viável o abastecimento de água mediante fornecimento da rede pública na área urbana, o mesmo pode não acontecer na área rural, dadas as longas distâncias que a canalização precisaria percorrer. O abastecimento por meio de cisternas pode indicar falta de alternativas e sugerir mais precariedade ainda das habitações, principalmente as da zona rural. Por outro lado, embora as fossas para o escoamento do banheiro ou sanitário sejam uma alternativa viável a essas moradias isoladas, a existência de esgotamento sanitário por meio de fossa rudimentar ou por escoamento em rios/valas indica que há possibilidade de promover melhorias. Além disso, também é possível promover maneiras apropriadas para a destinação do lixo dos imóveis rurais. Por vezes, as inadequações ou precariedades dessas residências necessitam, então, de considerações e análises diferentes das daquelas existentes na área urbana. Ressalta-se que a própria literatura sobre o tema enfatiza a carência de acesso a serviços públicos na área rural, o que demanda políticas públicas específicas a esse público.

95

Também é possível elencar especificidades da população indígena e quilombola, podendo o gestor de políticas públicas identificar e analisar se há precariedade das condições de seus domicílios e famílias, diferenciando-os dos cadastrados em geral. Deve ainda estar atento a algumas características culturais próprias desses grupos, como, por exemplo, a existência de moradias coletivas.

O Caderno Verde solicita as informações sobre o Estabelecimento de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde (EAS/MS), e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como

o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da atenção básica e especial são os locais em que os membros da família são atendidos quando necessitam. Esses dados podem ser analisados em paralelo à zona de residência (rural ou urbana) e à localização do domicílio por bairros. Pode-se, dessa maneira, entender se e quais os equipamentos públicos são utilizados, o que serve de subsídio a projetos e programas de expansão, desconcentração ou diversificação no atendimento. Pode-se fazer a comparação da localidade de residência com a dos equipamentos de modo a possibilitar que sejam delineados eventuais deslocamentos para o acesso aos serviços de saúde e de assistência social (o uso de ambulâncias, por exemplo). Além disso, é possível perceber qual o percentual da população usufrui de serviços essenciais no que diz respeito à saúde e assistência social. O não acesso a essas políticas deve chamar a atenção do poder público.

96 A partir do Cadastro Único podem ser tecidas considerações a respeito das despesas que a família possui. O somatório dos gastos mensais permite conhecer o gasto total familiar e é também possível calcular a porcentagem despendida em cada item, revelando o comprometimento relativo a itens específicos. O custo com aluguel, por exemplo, é um indicativo de déficit habitacional; a ocorrência de despesas com medicamentos de uso regular evidencia as condições de saúde das pessoas e, ao mesmo tempo, eventuais lacunas na provisão de remédios por parte do poder público. Com a indicação do bairro de residência podem ser realizados cruzamentos com o que se paga de aluguel e transporte, apontando diferenças em relação a esse tipo de gasto em virtude da localização da moradia de cada um (por exemplo, residentes em bairros mais afastados, ou na área rural, podem incorrer em gastos mais elevados com transporte). Ao mesmo tempo, pode-se calcular a despesa média mensal *per capita*, ao se dividir a total pela quantidade de membros da família especificada no Cadastro Único.

O Caderno Verde levanta um conjunto de dados importantes, ainda quando analisados isoladamente: o número de cômodos, quantos são usados como dormitório, e o número de pessoas ou famílias que moram no domicílio. A partir disso, pode-se calcular a densidade de moradores presentes, por cômodo e por dormitório — sendo essa última informação, clara indicação a respeito da precariedade da moradia. Avaliam-se também as características da residência “em cômodos”, muitas vezes, por exemplo, um único, que desempenha ao mesmo tempo várias funções. Cumpre destacar que a densidade domiciliar pode ser acentuada, quando considerados os familiares ausentes, e que essa pode indicar precariedade na saúde física e mental de seus moradores.

Pode ser verificada a existência de mais de um núcleo familiar na mesma habitação, evidenciando a necessidade de famílias que se valem de novos arranjos domiciliares, por exemplo, quando constituem um novo grupo por meio de casamento ou quando se veem em dificuldades diante de acontecimentos como desemprego, divórcio, viuvez, etc. A ocorrência de moradias multifamiliares pode ser considerada como indicativo de precariedade e de existência de déficit habitacional no município.

É preciso que se pese esse amplo conjunto de dados sobre a população cadastrada, contudo é preciso que se tenha em mente que as informações coletadas no Cadastro Único não notificam sobre alguns componentes importantes das condições habitacionais, tais como: a falta de segurança, a distinção das funções entre os cômodos disponíveis no domicílio, a natureza do entorno (vizinhança), a distância entre habitação e local de trabalho, escola e posto de saúde, etc. (PAES DE BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2009, p. 18).

O Cadastro também traz um conjunto de informações socioeconômicas e demográficas sobre as pessoas. É possível caracterizá-las no tocante ao sexo, idade e cor/raça. O local de nascimento indica a naturalidade (município e Unidade da Federação em que nasceu) e nacionalidade. Esses dados informam a origem dos cadastrados e podem indicar se há ocorrência de movimentação espacial, ou seja, se são migrantes ou imigrantes em relação ao local atual de domicílio. Aos cadastrados é solicitado o nome da mãe e do pai — no caso da paternidade, diante da negativa, tal dado pode subsidiar a realização de intervenções visando ao reconhecimento paterno.

98

Além disso, é possível identificar as relações de parentesco dos moradores do domicílio com o Responsável pela Unidade Familiar (RF): filho(s)/enteado(s); cônjuge; parentes da mesma geração; parentes da geração acima; parentes da geração abaixo; indivíduos sem parentesco. A análise da composição dos domicílios não deve ser limitada ao número de membros da família, que sintetiza uma mera indicação quantitativa. É possível, com base nas informações coletadas, identificar os tipos de arranjos familiares e domiciliares presentes na população cadastrada. Diante das novas dinâmicas populacionais (separações ou divórcios, recasamentos, produções independentes, entre outros fatores), além da ocorrência de viuvez, pode-se avaliar a monoparentalidade e a presença de indivíduos unidos por laços não consanguíneos, mas por laços afetivos (por exemplo, a presença de enteados).

É possível ainda classificar os membros dos domicílios em grupos específicos — crianças, jovens, idosos ou deficientes. A relevância dessa classificação em grupos é de possibilitar definir políticas públicas específicas para atendê-los. A quantidade de crianças indica, sobretudo, demandas (presentes e futuras) por educação (creche e escolas de ensino fundamental e médio) e por atendimento médico (por exemplo, a quantidade de pediatras). A presença de crianças,

idosos e deficientes pode indicar ser ainda mais acirrada a condição de pobreza e a razão de dependência econômica da família. (PAES DE BARROS; CARVALHO; MENDONÇA, 2009).

Identifica-se também se o indivíduo cadastrado possui documentos: Certidão de Nascimento, de Casamento, de Nascimento do Indígena (RANI), inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social e Título de Eleitor. A posse de documentos representa o reconhecimento formal da pessoa por parte do Estado, ou seja, sua “oficialização”, que permite o acesso às condições de cidadania e a bens e serviços providos pelo poder público. A presença no Cadastro Único de indivíduos sem documentos possibilita ao poder público estabelecer estratégias de acesso à documentação e ao mesmo tempo dimensionar o sub-registro, ou subnotificação de registros civis.

Pode-se identificar a existência de deficiência permanente na população cadastrada. As perguntas existentes visam não somente a quantificar as pessoas com deficiência, como também a qualificá-las em função do tipo de deficiência (físicas e mentais), e mesmo a verificar se, em função dessa deficiência, recebem cuidados permanentes de terceiros. A partir da avaliação dessas informações é possível dimensionar o acesso a creches e escolas (especiais ou não) ou constatar se é necessário prover ou melhorar o acesso a instituições da rede socioassistencial.

Um bloco bastante detalhado do Cadastro provê dados acerca da escolaridade da população cadastrada. Inicialmente, solicita-se a resposta a uma questão aparentemente simples: se a pessoa “sabe ler e escrever”. Na sequência busca-se saber se ela frequenta escola ou creche. Caso a resposta seja positiva, há um conjunto específico de perguntas a ser respondido visando a qualificar a frequência escolar (nome e localização da escola, além do curso e série que

frequenta); caso contrário, outro conjunto capta o curso e a série mais elevada (concluída).

O fato de ter informado que “não sabe ler e escrever” pode representar um conjunto de situações específicas, identificadas apenas concomitantemente à análise de outras informações presentes no CadÚnico. Caso tenha respondido que também não frequenta a escola, o cadastrado pode ser uma criança fora da idade escolar; uma pessoa com deficiência física e/ou mental, que pode não ter condições de frequentar a escola; ou um adulto, que não frequenta a escola porque nunca frequentou — analfabeto. Três situações que demandam atuações específicas do Estado: a provisão de escolas regulares, no primeiro caso, ou de escolas, classes ou instituições socioassistenciais, no segundo.¹¹ Por fim, a presença de adultos analfabetos sinaliza a necessidade potencial de classes de alfabetização na educação de jovens e adultos (EJA). Somente no terceiro caso as pessoas podem ser consideradas como, de fato, analfabetas.

100

É importante considerar simultaneamente os dados sobre escolaridade e idade. Na ocorrência de crianças entre quatro e seis anos é possível verificar se frequentam creche. Também é possível constatar a eventual demanda por escolas, creches ou classes para atender a esse estrato da população, tanto no presente, como no futuro.

Na situação daqueles que mencionam frequentar a escola, o Cadastro Único possibilita identificar qual a escola onde estuda, a sua localização, e se a escola é pública ou particular, além do curso e da série que frequenta. Com essas informações, avalia-se a defasagem

¹¹ Sabe-se que a política educacional para pessoas com deficiência preconiza que elas estejam matriculadas em escolas regulares de ensino, atendendo o que se convencionou chamar de educação inclusiva, no entanto, é preciso atentar-se para a efetivação dessa proposta.

escolar idade/série, ou seja, a adequação do percurso escolar à idade dos cadastrados. Pode-se analisar a dispersão territorial das escolas e creches em face da localidade do domicílio e a eventual necessidade de provisão de transporte público para viabilizar estes deslocamentos. A quantidade de pessoas que participam especificamente de classes do ensino de jovens e adultos (EJA) identifica indiretamente a defasagem escolar dessa população. Os dados sobre escolaridade identificam ainda se pessoas com deficiência física e/ou mentais têm acesso à educação formal (especial ou não).

Para aqueles que não frequentam escola ou creche no momento da entrevista, mas já frequentaram, igualmente é possível identificar qual o curso mais elevado que frequentou, o mais elevado que concluiu, e qual a série/ano. Com isso, pode-se inferir qual é o momento em que se dá o abandono do percurso escolar (qual curso e qual série, se ensino fundamental, médio ou superior).

Como já mencionado, o percurso escolar da população cadastrada pode ser analisado simultaneamente a outras variáveis demográficas essenciais para se compreender as condições de escolaridade: sexo, idade, cor/raça, naturalidade e localização do domicílio (rural/urbano). Esses elementos ajudam a caracterizar, além da escolaridade, a existência ou não de creches/escolas nos diferentes bairros urbanos e nas localidades rurais. Um estudo sobre os deslocamentos realizados entre bairros e localidades (para levar os estudantes da moradia para a creche/escola) identifica diferenças entre as localidades onde residem e onde estudam. Identifica-se até se o abandono escolar é diferenciado entre aqueles residentes na área urbana e na área rural. Também se pode identificar, ainda que indiretamente, uma demanda potencial por EJA (fundamental e médio) ou por ensino especial, ou mesmo a complementação de estudos por meio de cursos técnicos ou profissionalizantes.

Por fim, o Cadastro Único coleta um conjunto de informações, restrito àqueles com dez anos de idade ou mais, sobre trabalho e remuneração. As questões buscam identificar se a pessoa trabalhou na semana anterior à realização da entrevista ou se esteve afastado. Identificam então o número de pessoas que estão trabalhando, no ato de realização do cadastro, e, entre aqueles que não trabalham, eventuais motivos para afastamento da atividade laboral (doença, falta voluntária, licença ou férias).

É possível averiguar, ainda, qual a relação estabelecida entre o trabalhador e o empreendimento (negócio, firma, instituição, etc.) em que trabalha, analisando se ocorre algum tipo de diferenciação (atividade informal ou doméstica) em função dos atributos de sexo, idade ou cor/raça. O mesmo pode ser feito em relação a eventuais diferenças em função da escolaridade e em relação a grupos específicos (qual a empregabilidade de indivíduos jovens ou idosos, ou ainda de pessoas com deficiência). Essas são reflexões que podem ser aproveitadas também ao se avaliar as condições de desemprego por parte da população cadastrada.

102

Além disso, sabe-se se o trabalho ocorre na área rural, o que permite avaliar as condições em que se realiza e o grau de formalidade. Também é possível analisar se ocorrem deslocamentos entre a localidade de residência e a de trabalho (por exemplo, da área urbana para a área rural, ou vice-versa).

Diante dos dados é possível vislumbrar a precariedade ou não das condições de trabalho e o resguardo do trabalhador no tocante a seus direitos e benefícios da previdência social, como, por exemplo, se o trabalho ocorre sem “carteira assinada”.

Há mais um conjunto de perguntas que tem por objetivo obter números sobre a remuneração do trabalho e demais remunerações não derivadas da atividade laboral. Para aqueles que trabalham, seja

no mês, seja nos 12 meses anteriores à realização da entrevista, é solicitado o valor da remuneração bruta auferida (em um ou mais trabalhos), identificando-se assim o recebido (em R\$) em decorrência de atividade profissional. Além disso, são solicitados todos os números recebidos, independentemente do fato de a pessoa trabalhar ou não.

É possível identificar se a remuneração tem a ver com a relação entre o assalariado e o empreendimento (negócio, firma, instituição, etc.) em que trabalha, permitindo verificar se há relação de informalidade. É possível ser checado, inclusive, se ocorre diferenciação na remuneração em função do desempenho de atividades profissionais acontecer na área urbana ou se na rural. Da mesma maneira, podem ser averiguadas as relações entre o valor dos rendimentos provenientes do trabalho e as condições de escolaridade. Aliás, pode-se verificar se o trabalho ocorre simultaneamente à frequência à escola, o que permite analisar até se os cadastrados (somente os de dez anos ou mais) estudam, se estudam e também trabalham, se somente trabalham, ou mesmo, se não estudam, nem trabalham.

103

Com base nos rendimentos recebidos por todos os membros da família, calcula-se a renda familiar total. Ainda que o Cadastro Único contemple domicílios com renda familiar de até três salários mínimos ou o equivalente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, pode-se caracterizar a variação e a proveniência da renda familiar, se advém do trabalho, de transferências do poder público (aposentadoria, pensão, Benefício de Prestação Continuada — BPC ou seguro-desemprego) ou de outras fontes não provenientes do trabalho (por exemplo, ajuda/doação regular de não morador, pensão alimentícia ou outras fontes de remuneração). Ou seja, identifica-se a quantidade de pessoas que não trabalham, mas que têm fonte de remuneração (e distingue-se mesmo se idosos ou pessoas com deficiência física e/ou mental), em face do recebimento de rendimentos de aposentadoria, pensão ou BPC. Pode-se identificar a dependência de rendimentos não

provenientes do trabalho e, então, calcular a sua magnitude, em termos absolutos e relativos, em face da remuneração total da família. Outra ocorrência que também é verificável são os domicílios em que o idoso é responsável pelo sustento familiar.

Além disso, a remuneração familiar mensal pode ser analisada sob diferentes pontos de vista: em função de características predominantes do domicílio (rurais ou urbanas), por sexo, idade e cor/raça do Responsável pela Unidade Familiar (RF), pela presença de crianças menores de seis anos, deficientes ou aposentados/pensionistas no domicílio, etc. Pode, além disso, ser diferenciada em função de diferentes arranjos familiares: nuclear (casal com ou sem filhos), nuclear ampliada (quando há um ou mais parentes e/ou outros), monoparental (pai ou mãe e filhos), monoparental ampliada (pai ou mãe e filhos e dois ou mais parentes e/ou outros) e unipessoais (PIRES, 2008). E pode-se explorar a composição da renda no caso de ocorrência de família nuclear ou nuclear ampliada.

104

Após o cômputo da renda familiar total é possível calcular a renda média familiar *per capita*. É possível ser estabelecida também uma relação entre a quantidade de pessoas que contribuem para a renda total familiar e a quantidade que dela usufruem; uma espécie de “razão de dependência” em função da contribuição, que permite identificar situações de pobreza ainda mais pronunciadas.

4 CONCLUSÃO

Para a proposição de políticas públicas, em especial as políticas sociais (nas áreas de saúde, educação, assistência social, etc.), faz-se necessário o conhecimento/reconhecimento aprofundado das particularidades dos territórios em que se implementam tais políticas. Conforme ressaltado neste artigo, o CadÚnico é um instrumento ou um meio não somente para a gestão de políticas sociais, mas também para direcionar o gasto público à população mais empobrecida dos

municípios brasileiros, na medida em que possibilita elucidar as características sobre a sua condição de vida, bem como o acesso, ou não, a serviços públicos essenciais.

O Cadastro permite a compreensão e o desenho de políticas públicas em geral nas áreas de educação, saúde, habitação e obras públicas. Trata-se de uma base de dados bastante abrangente, com informações que permitem esclarecer as reais condições de vida da população cadastrada. Portanto, não obstante o fato de que o critério adotado no CadÚnico para cadastramento das famílias se apoie em uma visão limitada acerca da pobreza, deve-se reconhecer seu mérito no que concerne à elaboração de diagnósticos socioeconômicos e demográficos.

Em virtude da importância dos dados contidos no CadÚnico, o objetivo foi evidenciar que, com base no tratamento estatístico desses dados, é possível criar indicadores, fazer cruzamentos e tabulações interessantes com vistas a subsidiar o diagnóstico socioeconômico da população brasileira mais empobrecida. Com a avaliação dos dados obtidos das famílias cadastradas é possível conhecê-las em termos de suas características socioeconômicas. Conhecendo-as, é possível ao poder público, em todas as instâncias, realizar intervenções para o atendimento às necessidades e demandas dessa população.

Ademais, o CadÚnico fornece informações atualizadas periodicamente, sendo reconhecida a importância deste Cadastro pela sua tempestividade, ao contrário dos dados censitários que são providos a cada dez anos. Portanto, trata-se de um instrumento interessante, uma vez que permite o acompanhamento da evolução das condições de vida das famílias cadastradas.

Postas essas questões, cabe concluir que, embora se reconheça a relevância do CadÚnico para a elaboração de diagnósticos socioeconômicos e a importância destes para o campo das políticas

públicas, sobretudo no que se refere à tentativa de avaliação e expansão delas, não se defende, neste artigo, essas políticas, especialmente as sociais, de caráter focalizado na pobreza extrema, como apregoam os relatórios do Banco Mundial mencionados neste trabalho. Ao contrário, defende-se a ampliação de direitos sociais, em que pese o atual cenário de ajuste fiscal.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: a pobreza. Washington, DC: Banco Mundial, 2010.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos, para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 79, p. 108-132, 2004.

106 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). **Manual do entrevistador**: Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

LAVINAS, L. Rede urbana: documento base URB-AL 10. REDE URBAL 10. Luta contra a pobreza urbana, documento de guia. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Rede Urbal**. São Paulo: PSP/Sec. Rel. Internacionais, 2003.

MALTHUS, T. R. **An essay on the principles of population and a summary view of the principles of population**. Baltimore: Penguin, 1970.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1.

MUSTAFA, P. S. **Como subsidiar as políticas sociais?** A construção de dados socioterritoriais a partir de um estudo dos indicadores sociais. Franca: Unesp, 2010. (Relatório Final de Pesquisa apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais).

_____. O ecletismo da política de assistência social brasileira: alguns apontamentos. In: SILVA, J. F. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MUSTAFA, P. S. *et al.* **Pesquisa de condições de vida e pobreza em municípios da Região Administrativa de Franca/SP:** subsídios para a implantação de políticas sociais. Brasília, 2012. (Relatório Final de Pesquisa enviado ao CNPq, fev. 2014, 161p.).

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, R. **Sobre as utilidades do Cadastro Único.** Brasília: IPEA, 2009. (Textos para Discussão 1414).

PIRES, A. Bolsa família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 38, n. 134, p. 341-366, 2008.

107

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SANT'ANA, R. S.; MUSTAFA, P. S. Assistência social e precarização do trabalho: a perversa opção brasileira. In: LOURENÇO, E. A. S.; NAVARRO, V. L. **O avesso do trabalho III:** saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

UGÁ, V. D. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, n. 23, p. 55-62, 2004.